



Requerimento 053/2026

Autoria: Ver. Lucas Leugi

"Requer o envio de informações e documentos relativos aos contratos administrativos firmados pela Autarquia Municipal de Educação, no período de 2024 até a presente data."

CONTEÚDO DO REQUERIMENTO

Requer o envio de informações e documentos relativos aos contratos administrativos firmados pela Autarquia Municipal de Educação, no período de 2024 até a presente data.

REQUERIMENTO

O Vereador que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer, após deliberação do Plenário, que seja encaminhado expediente à **Autarquia Municipal de Educação**, solicitando o envio das seguintes informações e documentos:

1. Relação completa de todos os contratos administrativos vigentes e encerrados a partir de 2024 até a presente data, acompanhada de cópia integral dos respectivos processos administrativos, incluindo:

- Contratos firmados;
- Termos aditivos;
- Empenhos;
- Medições;
- Liquidações;
- Pagamentos realizados.

2. Cópia de todos os documentos mensais exigidos para fins de liquidação contratual, incluindo, mas não se limitando a:

- Comprovação de regularidade trabalhista das empresas contratadas;
- Certidões fiscais (federais, estaduais e municipais);

- Certidão de regularidade do FGTS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- Documentação comprobatória da execução dos serviços;
- Demais documentos exigidos contratualmente.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade assegurar a transparência e a efetiva fiscalização da execução contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a qual estabelece como dever do fiscal e do gestor do contrato o acompanhamento rigoroso da execução, bem como a verificação do cumprimento das obrigações legais, trabalhistas e fiscais por parte das empresas contratadas.

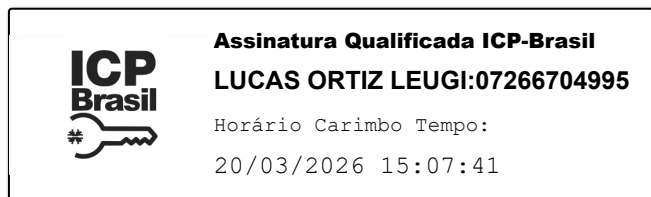
Ressalta-se que a conferência da documentação mensal para fins de liquidação não constitui faculdade da Administração, mas obrigação legal indispensável à regular execução contratual, sendo essencial para resguardar o interesse público, prevenir eventuais responsabilidades subsidiárias do ente público e garantir a correta aplicação dos recursos.

Dessa forma, a ausência ou inconsistência desses documentos pode caracterizar falha na fiscalização contratual, em afronta aos princípios da legalidade, eficiência e transparência.

Nestes termos,
pede deferimento.

Sala das Sessões, 20 de Março de 2026.

Lucas Ortiz Leugi
Vereador



Praça Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - CEP: 86800-235

www.apucarana.pr.leg.br

Documento publicado digitalmente por LUCAS LEUGI em 20/03/2026 às 15:07:18.

Chave MD5 para verificação de integridade desta publicação **838d316194460330d0809ef0d4fe9931**.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://apucarana.legiflow.com.br/autenticidade>, mediante código **136909**.